



X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO POLÍTICO

JOSEFA ALMEIDA DA SILVEIRA

MÁRCIA REGINA CURADO PEREIRA MARIANO

EIXO: 21. MESTRADO PROFISSIONAL, PESQUISA APLICADA NO ENSINO E NA SALA DE AULA

RESUMO O trabalho parte dos conceitos de oralidade, produção textual, argumentação e discurso político sob a ótica de diversos estudiosos, como Aristóteles (2013), Fiorin (2015), Perelman & Tyteca (2005), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), entre outros. Objetiva propor o desenvolvimento da capacidade do senso crítico, da leitura reflexiva, da organização das ideias, habilitando alunos do ensino fundamental (9º ano) de um colégio da rede estadual, situado em Campo do Brito/SE, para a competência da comunicação argumentativa, com atividades textuais orais e escritas, a partir do entendimento de língua enquanto forma de interação, visando a otimização da capacidade de análise e a construção da argumentação no discurso político. Palavras – chave: Argumentação. Discurso político. Ensino da língua. **ABSTRACT** The work of the concepts of orality, text production, discussion and political discourse in the view of many scholars, as Aristotle (2013), Bakhtin (1997, 1981), Fiorin (2015), Perelman & Tyteca (2005), and the National Curriculum Guidelines for Basic Education (2013), and others. It aims to propose the development of the ability of critical thinking, reflective reading, organization of ideas, enabling elementary school students (9th grade) of a state college, located in Campo do Brito / SE for the competence of argumentative communication, with oral and written textual activities, from language understanding as a form of interaction in order to optimize the analysis of capacity and the construction of arguments in political discourse. Keywords: Argumentation. Political discourse. Language teaching.

ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO POLÍTICO

INTRODUÇÃO

O ato de argumentar está associado à própria língua, uma vez que as pessoas, frequentemente, avaliam, julgam, criticam, opinam. Até mesmo a fala que não tem a intenção de ter aceitação por parte do público exerce alguma influência, guiando formas de ver e de pensar, provocando alterações comportamentais. Alguns discursos são, nitidamente, argumentativos, a título de exemplo, o discurso político, a propaganda; enquanto outros não, como a carta pessoal, o artigo informativo, o texto ficcional. Os alunos, cada um, também possuem seu discurso, sua ideologia, suas crenças, valores e opiniões. Todavia, tais elementos precisam ser organizados, trabalhados e inseridos no fazer textual, a partir de atividades que treinem essa competência; além do mais também querem ter suas posições aceitas. A escola, então, precisa dar o suporte necessário para que seus aprendizes desenvolvam o senso crítico, a reflexão, a tomada de posições. Antunes (2003, p. 24) assevera que em relação às práticas em torno da oralidade percebe-se que há um vácuo da fala enquanto “objeto de exploração no trabalho escolar”, perdendo-se a oportunidade de realizar um trabalho com os gêneros orais da comunicação pública, e alimentando a errônea ideia de que a oralidade, e conseqüentemente os gêneros orais, estão tão presentes em nosso dia a dia que não se faz necessário que sejam trabalhados em sala. E, sobre a escrita, que a realização dessa atividade precisa deixar de lado a prática de uma “escrita mecânica e periférica, centrada nas habilidades motoras de produzir sinais gráficos e memorização de regras ortográficas” (ibidem, 25). Deixar de lado a prática de uma escrita “artificial, sem valor interacional, sem autoria e sem recepção” (idem). Portanto, entender o ensino de língua portuguesa é entender a língua como forma de interação. A língua só ocorre por meio do discurso, o qual se concretiza por meio das diferentes manifestações discursivas que circulam na sociedade. Por isso, a premissa básica para o ensino de língua portuguesa nos diferentes níveis de escolarização é o trabalho com o texto nas suas diversas possibilidades. O trabalho tem como objetivo geral o desenvolvimento da capacidade de análise e de construção de argumentação com a proposta de uma prática de ensino a partir da análise de discursos políticos, com ênfase para as (nas) estratégias argumentativas, a fim de contribuir para a formação do aluno com perfil reflexivo, crítico, autônomo e produtor de textos orais/escritos significativos. Pretende-se, assim, auxiliar o discente na produção, entendendo a oralidade/escrita como um ato de linguagem, uma atividade interativa de expressão e um exercício de cidadania. Um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural com a função e a responsabilidade de contribuir para garantir aos alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o ingresso na esfera do ser cidadão, que junto a outros saberes lhes proporcionarão essa ação.

1 ENSINO DE LINGUA PORTUGUESA: ORALIDADE E ESCRITA

Em geral, o aluno sente a dificuldade na hora de produzir seu texto e nem sempre a escola oferece subsídios para sanar tal dificuldade. O dia a dia escolar precisa ser distinto de uma rotina de tarefas e para isso alguns requisitos são necessários. É importante que exercícios de interpretação e produção textual, atividades comunicativas façam parte do cotidiano escolar, tornem-se uma prática comum, a fim de que as competências linguísticas desse aluno sejam potencializadas. Abreu (2014) afirma que a escola tem uma função primordial no desenvolvimento das competências do aluno. Aluno enquanto falante, leitor e produtor de textos. O autor chama a atenção para o fato de que para que esse desenvolvimento ocorra, para que o aluno se torne um leitor/escritor proficiente, algumas condições são necessárias, como:

considerando que a língua só existe na interação entre os interlocutores, deve-se estudar nas aulas de língua portuguesa a linguagem, o discurso – atividade comunicativa capaz de gerar sentido entre interlocutores. Portanto, a prática de sala de aula deve estar centrada no texto (ABREU, 2014, p.67). A escola precisa colocar o aluno em contato com textos, os mais variados possíveis, a fim de que esse aprendiz se posicione criticamente sobre fatos ou acontecimentos sociais que o atingem. E que essa posição crítica assumida pelo aluno seja organizada num texto, seja oral ou escrito, e que a coerência aconteça e essa produção faça sentido, para quem escreveu e para o leitor. Desse modo, segundo Cavalcante (2014, p. 17), o texto ganha o sentido de “unidade de linguagem dotada de sentido e cumpre um propósito comunicativo direcionado a um certo público”. Essa unidade dá-se numa situação determinada de uso, dentro de uma época específica, em uma certa cultura em que estão situados os componentes da enunciação. Esse conceito de texto tem origem em várias concepções, todas oriundas da linguística textual. Na concepção de Beaugrande (apud Cavalcante, 2014, p. 18), que compreende o texto como “um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, culturais, sociais e cognitivas”; de Marcuschi (2008, p.88), para quem o texto é a “unidade máxima de funcionamento da língua”; e de Koch (2015, p. 44) “o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que - dialogicamente - nele se constroem e por ele são construídos”. Logo, texto é “um evento comunicativo e de

interação entre locutor e interlocutor, os quais se encontram em um diálogo constante”, reforça Cavalcante (2014, p. 20). O processo interativo que permeia a escrita implica no resultado dessa produção textual. O produtor do texto precisa pensar no que vai escrever, para quem vai escrever, e no objeto da produção. E é a partir desses fatores, da interação entre eles que se forma o texto. Dessa forma, a construção de linguagem consiste numa operação interativa, numa operação de cooperação. Reportando-se aos estudos da enunciação, Bakhtin (1997, p. 293) declara que “a fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo: do sujeito de um discurso-fala. O discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma”. Enunciado entendido como unidade real da comunicação verbal, demarcada pelo revezamento dos sujeitos falantes, configurando uma ligação no ato de comunicação. Conseqüentemente, os textos usados em sala precisam dialogar com a realidade dos alunos, fazer parte de seu cotidiano, permitir a interação, mobilizar conhecimentos. Isso significa valorizar a reflexão, o saber crítico, sair de um ensino puramente normativo para um ensino mais reflexivo. Para a linguística textual, de acordo com Marcuschi (2008, p. 54), “um dos objetivos gerais do ensino de Português é desenvolver a competência da comunicação”, ou seja, orientar o aluno para um melhor uso da língua no domínio das estruturas, na correção gramatical e, principalmente, no ato verbal das diversificadas situações de comunicação. Por isso, é importante a escola promover espaços de leitura e de produção, de forma significativa, porque se aprende ler, lendo; a escrever, escrevendo. É com a escrita que o aluno terá acesso à vida social cidadã. Sendo assim, ter a habilidade de leitura e escrita proficientes possibilita o exercício de cidadania, o acesso aos bens culturais e a inclusão social. Trata-se, dessa forma, de a escola permitir ao aluno o exercício da cidadania. E há diversos caminhos que podem e precisam ser percorridos para que se possa construir um sentido mais abrangente do que vem a ser a leitura e escrita proficientes.

2 ARGUMENTAÇÃO E ENSINO

O expediente de argumentar e de deliberar é uma marca que serve de referência para o ser humano, que, em seu cotidiano, avalia, julga, critica, ou seja, constrói juízos de valor. Aristóteles

certifica que, “de fato, em uma certa medida, todos procuram discutir e sustentar teses, realizar a própria defesa e a acusação dos outros” (2013, p. 39). Em vista disso, a argumentação precisa ser exercitada em suas variadas formas. Conseqüentemente, cabe à escola, desenvolver tal habilidade, aprimorar o que já é próprio dos falantes. O desenvolvimento da competência comunicativa precisa, então, ser o núcleo do trabalho com a língua. Sobre essa competência, Plantin reconhece que “não é uma competência semântica da língua. Mas uma técnica especializada do planejamento lógico-discursivo, uma competência da fala, de múltiplas dimensões” (PLANTIN, 2008, p. 35). Isso significa que não é suficiente saber falar para saber argumentar, é preciso construir e treinar habilidades, oferecer atividades que favoreçam a organização e a capacitação dessas competências. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, “compreender e realizar a educação, entendida como um direito individual humano e coletivo, implica considerar o seu poder de habilitar para o exercício de outros direitos”, isto é, para desenvolver o ser humano enquanto cidadão. Para isso, a escola precisa priorizar processos capazes de gerar “sujeitos inventivos, participativos, cooperativos, preparados para diversificadas inserções sociais, políticas, culturais, laborais” (BRASIL, 2013, p. 16). É preciso ainda que sejam capacitados para realizar intervenções diante de problemas vividos no dia a dia, na sociedade em que estão inseridos. Aludindo aos estudos retóricos, sob o prisma de Aristóteles, a persuasão dá-se de três formas, pelo caráter do orador, pela disposição dos ouvintes, ou pelo discurso. Pelo caráter, quando a maneira como o discurso é proferido “deixa a impressão de o orador ser digno de fé”. Pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a “sentir emoção por meio do discurso”. E, pelo discurso, quando o orador mostra a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é “persuasivo em cada caso particular” (ARISTÓTELES, 2013, p. 45). Dessa maneira, são esses os meios persuasivos: os derivados do caráter, da emoção e dos argumentos verdadeiros ou prováveis. Na perspectiva da retórica e dos estudos argumentativos de base aristotélica, Ferreira admite que não importa se uma afirmação é verdade ou mentira, para o bom orador, o que de fato interessa é que “imprimam em seu auditório a sensação de verdade, o verossímil, o persuasivo” (2010, p. 33). Perelman e Olbrechts-Tyteca asseveram que o objetivo de toda argumentação é “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento” (2005, p. 04). Isso quer dizer produzir uma disposição para a atividade. Para isso acontecer, quem faz uso da argumentação se utiliza de técnicas com a linguagem a fim de persuadir e convencer o ouvinte, faz escolhas que motivam a aceitação de determinadas teses. Para esses autores, a argumentação é uma ação que “tende sempre a modificar um estado de coisas preexistentes” (*ibidem*, p. 61). Os neo-retóricos ressaltam que o uso da linguagem não é somente um meio que possibilita a comunicação, mas também “instrumento de ação sobre as mentes, meio de persuasão” (*ibidem*, p. 150). E acrescentam que

uma argumentação eficaz é aquela que consegue incrementar a intensidade de adesão, de modo a desencadear entre os ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 50). Fiorin (2015, p. 70), remetendo-se aos estudos aristotélicos, confirma que “o orador para construir seu discurso precisa conhecer seu auditório”. Ou seja, conhecer o *páthos* (o estado de espírito do auditório). Assim, o *páthos* constrói a imagem do enunciatário (auditório), e o *éthos* constrói a imagem do enunciador (orador). Em vista disso, “o *éthos* explicita-se na enunciação enunciada, ou seja, nas marcas da enunciação deixadas no enunciado”. Sobre os fatores da argumentação, Fiorin (*ibidem*, p. 69) garante que, assim como outro discurso, um argumento é um enunciado, que coloca em jogo três elementos: “o enunciador, o enunciatário e o discurso. Esses três fatores convergem para o ato persuasório”. O ato persuasório nada mais é que o procedimento de tentar persuadir, convencer, induzir. O texto, assim, é construído pelos três grandes pilares da enunciação: enunciador/orador, enunciatário/auditório e discurso/argumentação. E todos são igualmente importantes para a efetivação da comunicação.

3 O DISCURSO POLÍTICO

O discurso constitui-se num discurso de poder, uma vez que visa à imposição de verdade. No discurso político esse objetivo é ainda mais intenso, em que a luta pelo poder é explícita. O discurso serve, assim, como busca, conservação, reconhecimento, reforço, tudo em nome do poder. Todas as ações são voltadas para o ser/ter autoridade. O locutor possui um tom de especialista do público, conhecedor das necessidades do povo, além de ter o domínio da verdade, em quem se pode confiar. Na obra organizada por Fulaneti e Bueno, dedicada ao discurso político, na perspectiva da semiótica de Greimas, Fiorin (2013, p. 25), que faz parte dessa coletânea, destaca que “o discurso político tem na sua base uma disputa pelo poder”; e sobre a verdade do discurso político “deriva de sua adequação à realidade”. A característica fundamental do discurso político é a necessidade de impor a sua verdade, para que sobreviva. Mas, ao mesmo tempo, essa verdade está sempre ameaçada num jogo de significações. Vive constantemente num processo de re/des/construção, porque não é algo absoluto, pronto, trabalha com os parâmetros da parcialidade, tem como princípio central a polêmica, e sobrevive da desconstrução do outro, para então se construir. Portanto, possui caráter frágil, dinâmico, provisório. Por sua particularidade

polêmica, ao defender posições, situa-se contrariamente a outros discursos. E, pela sua propriedade argumentativa, dispõe-se a defender ideias com o objetivo de persuadir o interlocutor. O homem, contemplado com o dom da palavra, é feito para a sociedade política. Para isso faz uso da palavra argumentativa, faz uso do gênero deliberativo, aquele que conduz a fazer ou a não fazer alguma coisa. A finalidade desse gênero é “determinar o útil ou o danoso de um procedimento aconselhado, propõe-se a obter uma decisão de ação” (ARISTÓTELES, 2013, p. 54). O orador desse tipo de gênero faz uso do tempo futuro; discursa sobre coisas a serem realizadas a partir do que ele aconselha ou desaconselha. Ainda sobre o orador (político), os estudos aristotélicos confirmam que o seu discurso não tem a pretensão de definir os fins, mas os meios ligados aos fins, que se baseia na utilidade das coisas. Para o orador, o fim é o conveniente ou o prejudicial: para o que aconselha, recomenda-o como o melhor; e o que desaconselha, desestimula-o como pior (*ibidem*, p. 51). Para Tavares (2001, p. 196), “o sujeito, ao produzir um discurso, se posiciona social e historicamente e, dessa forma, ele assume uma formação ideológica e fala de dentro desta”. É assim que se dá a adesão dos interlocutores. Aos interlocutores cabe perceber o lugar de onde o discurso está sendo enunciado, já que “a eficácia de um argumento depende também do lugar que o locutor ocupa dentro de um determinado contexto” (TAVARES, 2001, p. 200). O discurso político mostra-se, dessa forma, como uma realidade familiar que se aproxima da vida cotidiana, acessível ao eleitor, a quem são oferecidas grandes possibilidades de identificação. É dessa proximidade/familiaridade que resulta o sentimento de verdade. Referindo-se aos estudos argumentativos, “o *páthos* não é a disposição real do auditório, mas uma imagem que o enunciador tem dela” (FIORIN, 2015, p. 74). Se o *éthos* constrói a imagem do enunciador, o *páthos* constrói a do enunciatário. De acordo com Perleman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 58) o discurso deliberativo utiliza “disposições já existentes no auditório e os valores são meios que permitem determinar uma ação”. Os ouvintes desse gênero, em geral, são vistos como pessoas dominadas pelo prazer de escutar, como num espetáculo, que têm a incumbência de deliberar sobre a sua cidade, estado, país. O discurso político tem locais de enunciação específicos. Então, para alguns, só é legítimo quando surge de partidos políticos, dos governantes, de assembleias legislativas. No entanto, deve-se levar em consideração que com a democracia cada vez mais existem outros espaços de produção desse tipo de discurso. Isso significa que além do discurso político enunciados nos locais de política, há também o discurso político feito na imprensa e o que é realizado na/pela sociedade.

4 METODOLOGIA A pretensão desta proposta é fazer com que alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, Turma A (turno matutino), que estudam em um colégio estadual situado na cidade de Campo do Brito-SE., explorem a produção de textos significativos e experimentem a competência da comunicação argumentativa. A escolha pela pesquisa-ação deu-se tendo em vista a finalidade principal deste trabalho que é a resolução do problema: a dificuldade de argumentar, baseando-se na experiência da pesquisadora enquanto

docente há vinte e cinco anos. A pesquisa por ser ação, a forma de procurar informações sobre a realidade traz a participação dos alunos como sujeitos ativos no conhecimento de sua própria realidade e tornará possível aos mesmos conseguir conhecimentos essenciais para a produção textual. Para Thiollent, a pesquisa-ação

é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (THIOLLENT, 1985, p. 14). O trabalho visa desenvolver no aluno o senso crítico e a capacidade de comunicação por meio de entrevistas e debates, a análise de discursos políticos e a produção de um texto argumentativo, do tipo carta aberta. Será um trabalho de intervenção, que servirá tanto para a ação didático-pedagógica (aprendizagem), como para a formação de conhecimento/entendimento dos fatos entre os envolvidos no processo da investigação. É um tipo de trabalho que aciona mudança da realidade social e, para isso, exige preparação, trabalho em equipe e interdisciplinaridade. Será desenvolvido através da própria experiência, tendo como campo de atuação a sala de aula da pesquisadora, e constituído de cinco etapas, que serão trabalhadas durante cinco semanas, distribuídas em cinco aulas/semana, cada aula com duração de 50 minutos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se, com a aplicação deste projeto, encontrar uma estratégia de ensino aprendizagem que estimule e oriente o trabalho para alunos do ensino fundamental no campo da argumentação, com produções textuais orais e escritas, neste caso o 9º ano, mas as atividades podem estender-se a outros níveis, como 7º e 8º ano. Para isso, serão utilizadas variadas práticas, como coleta de dados, interpretação dos registros, análise e produção de discursos, produção de vídeos, entre outras. Todas as ações serão realizadas em dinâmicas de grupos, objetivando uma dimensão coletiva e interativa na produção dos saberes, constituindo-se, dessa forma, uma ação de democratização dos conhecimentos adquiridos. Pretende-se que, pelo fato de se ter acesso aos problemas da comunidade e às promessas feitas pelos dirigentes públicos, inclusive locais, haja vontade por parte do discente de participar do trabalho e repercuta tanto na aprendizagem quanto em sua formação e prática diária enquanto cidadão. A intenção é criar possibilidades para aprimorar a criticidade; permitir a reflexão e a autonomia em relação à produção de textos, orais e

escritos; favorecer a otimização da competência comunicativa, a partir de atos interativos, dialógicos, em situações reais; e, oferecer uma prática interacionista, funcional e discursiva da língua com a promoção de espaços de produção textual de forma significativa. Intenciona-se, ainda, que o aluno, a partir da aplicação deste trabalho, perceba um sentido para as atividades da língua, por isso elas partirão de situações reais de comunicação oral/escrita. Em relação aos professores, pretende-se contribuir para o ensino da língua em relação ao trabalho com a oralidade e a escrita argumentativa, disponibilizando um material de sugestão/apoio aos mesmos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Teresa Tedesco Vilardo. Desafios para a área da linguagem. **Gragoatá**: revista dos programas de pós-graduação do Instituto de Letras da UFF, Niterói, n. 36, 2014, p. 63-79. .

Disponível em:

<[http://](http://www.uff.br/revistagragoata/ojs/index.php/gragoata/issue/archive)

[www.](http://www.uff.br)

[uff.br](http://www.uff.br)

[/revistagragoata/ojs/index.php](http://www.uff.br/revistagragoata/ojs/index.php/gragoata/issue/archive)

[/gragoata/issue/archive](http://www.uff.br/revistagragoata/ojs/index.php/gragoata/issue/archive)>.

Acesso em: 27 dez. 2014. ANTUNES, Irandé. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução, textos adicionais e notas: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2013. BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução feita a partir do francês: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997. BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2014. CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 16 ed. São Paulo: Ática, 2006. FERREIRA, Luiz Antônio. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. - São Paulo: Contexto, 2010. FIORIN, Jose Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015. _____. A sacralização da política. In: FULANETI, Oriana N.; BUENO, Alexandre Marcelo (orgs.). **Linguagem e política**: princípios teórico-discursivos. São Paulo: Contexto, 2013, p.21 – 38. KOCH, Ingedore Villaça. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015. MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. PLANTIN, Christian. **A argumentação**: história, teorias, perspectivas. Tradução: Marcos Marcionilo. - São Paulo: Parábola Editorial, 2008. TAVARES, Daniela Macedo. O

discurso político. In: BRANDÃO, Helena Nagamine (org). **Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica.** São Paulo: Cortez, 2001, p.187 – 229. THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1985.

*Josefa Almeida da Silveira: Graduada em Letras/Português (UFS). Pós-graduada em Literatura Brasileira (UNIT) e Mídias na Educação (UFS). Grupo de Pesquisa: GPARA (Grupo de Pesquisas em Argumentação e Retórica Aplicadas). Mestranda em Letras (Programa de Pós-Graduação em Letras Profissional em Rede (PROFLETRAS) – Unidade de Itabaiana - da Universidade Federal de Sergipe – unidade de Itabaiana. Professora da rede básica de ensino do Estado de Sergipe desde 1990. Email: josefalettras@gmail.com

** Márcia Regina Curado Pereira Mariano: Mestre em Linguística e doutora em Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Grupos de pesquisa: GERAR (Grupo de Estudos em Retórica e Argumentação - USP), LED (Linguagem, Enunciação e Discurso - UFS), GPARA (Grupo de Pesquisas em Argumentação e Retórica Aplicadas - UFS). Professora Adjunta na Universidade Federal de Sergipe (UFS), no Departamento de Letras do *campus* Prof. Alberto Carvalho, em Itabaiana, desde 2011. Professora do Mestrado Profissional em Letras, Profletras, na mesma instituição. Desenvolve projetos relacionados ao ethos, à argumentação e ao ensino de Língua Portuguesa. Um dos membros fundadores do CIMEEP (Centro Internacional e Multidisciplinar de Estudos Épicas), onde desenvolve trabalhos relacionados à identidade discursiva no cordel brasileiro. Email: ma.rcpmariano@gmail.com

Recebido em: 11/05/2016

Aprovado em: 13/05/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: